



Onda de pós-verdade

Benedicto Ismael Camargo Dutra (*)

Entender o que está se passando realmente está ficando muito difícil, pois para cada fato sempre surgem várias versões, como por exemplo, a intervenção da segurança no Rio

Está nitidamente visível que algo precisava ser feito, mas muitas vezes surgem se contradizendo, questionando-se essa medida era necessária ou não e se irá criar problemas. A insegurança é o grande dilema. As pessoas ficam comentando na esperança de que haja bom senso, seriedade e eficiência, mas tudo permanece no marasmo e o país, estagnando. A situação é dramática.

O que tem chamado a atenção é mesmo o aumento da violência, guerra de facções, estouros de caixas eletrônicos, roubo de cargas, assalto ao transporte de valores. Uma guerrilha desenfreada pelo dinheiro que ameaça destruir a nação a partir do Rio e que está se espalhando pelo país, arruinando as novas gerações com drogas e orgias. Que futuro poderemos ter? O combate chega atrasado e tem de abranger a corrupção e motivar a população para a busca de uma vida melhor.

A deterioração do Rio de Janeiro começou em 1889 com o ato de inconfidência contra a lei Áurea de 1888. Poderia ter sido o marco da integração e progresso. Com sucessivos governantes sem a adequada seriedade e preparo, o Rio afundou num mar de lama e insegurança, assim como a Baía de Guanabara, transformada numa lixeira. O mundo individualista se tornou áspero e frustrante por se afastar da naturalidade. Como dar bom preparo para a vida às novas gerações?

Não basta educar o cérebro frontal. Sem o fortalecimento do eu interior voltado para o bem, domina o sangue frio irresponsável. Essa é uma tarefa para autoridades, educadores, psicólogos e psiquiatras e religiosos. Desde cedo as crianças têm de ser preparadas para a vida real com disciplina, foco e autoconfiança, para que aprendam com as belezas e a lógica da natureza para se integrar com ela de forma construtiva e beneficiadora, assegurando a boa qualidade de vida.

O ser humano tem de fazer uso de suas faculdades e capacitações. Para entender o

mundo não pode se acomodar indolentemente. Tem de se movimentar. Diz a teoria da “cognição preguiçosa”, criada pelo psicólogo Daniel Kahneman, que as pessoas tendem a ignorar fatos, dados e eventos que obriguem o cérebro a um esforço adicional.

Ao concentrar seus esforços unilateralmente no desenvolvimento do cérebro frontal, o ser humano destruiu a antena para o mundo espiritual, acorrentando-se ao mundo material, afastando-se da luz da verdade, criando inúmeras pós-verdades que não resistiram a uma severa análise lógica. É preciso esforço para entender o funcionamento das leis da Criação e resgatar o funcionamento do cérebro e cerebelo em harmonia com o espírito. Pós-verdades começaram a surgir depois de Cristo e passaram a ser tidas como fatos naturais.

A teoria da evolução humana também é recheada de interpretações sem, contudo, ter chegado a uma conclusão lógica e coerente na atualidade. Como aceitar que a evolução seja um simples acaso? Stephen Jay Gould, paleontólogo e biólogo evolucionista dos Estados Unidos (1941-2002), propôs em 1989 um experimento imaginário extraordinário: voltar ao passado, para a origem, e descobrir que lentamente foi desenvolvido o corpo que seria utilizado pelo ser humano, de essência espiritual, para prosseguir a evolução pessoal e geral da matéria.

Mas se fosse possível voltar mais ainda, ao vazio do caos, seria possível chegar à causa referente à necessidade de o espírito humano receber um corpo perecível para ser implantado temporariamente no mundo material, e de novo, retornando para o presente, poderiam ser vistos os descanhinhos da humanidade que nos conduziram ao mundo áspero de nossos dias e, assim, evitar o grande abismo que se avizinha na atual trajetória.

O ser humano nasceu para evoluir e ser feliz, mas não pode esquecer a sua origem espiritual, pois só no reconhecimento dela é que encontrará o caminho da felicidade real.

(*) - Graduado pela FEA/USP, faz parte do Conselho de Administração do Prodigy Berrini Grand Hotel, é articulista colaborador de jornais e realiza palestras sobre temas ligados à qualidade de vida. Coordena os sites (www.library.com.br) e (www.vidaeaprendizado.com.br). E-mail: bicidutra@library.com.br.

Maia volta a defender redução de ministérios em lugar de criação de impostos

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, reafirmou ontem (22) que defende a redução do número de ministérios, em vez do aumento ou criação de impostos para gerar receita orçamentária

Depois de se reunir com a presidente do STF, Cármen Lúcia, para tratar do projeto que estabelece um teto para os supersalários, Maia defendeu a retomada de uma pauta de contenção dos gastos obrigatórios do governo.

“Em tese, se o governo quer criar impostos, eu prefiro discutir o lado das despesas. É por isso que eu fiz, de forma simbólica, aquela frase ontem [quarta-feira], mas eu acho que de fato a gente tem que discutir despesas. O brasileiro não quer pagar impostos”, disse. Em paralelo à discussão do projeto da reestruturação da folha de pagamento, Maia disse que pediu aos técnicos da Casa “que preparem algumas alternativas olhando esse lado das despesas”.

Ele adiantou que vai criar vários grupos de trabalho para analisar diferentes temas ao



Presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

longo do primeiro semestre, que podem contribuir para o cumprimento da chamada regra de ouro e do teto de gastos em 2019. Além das matérias que tratam do equilíbrio das contas públicas, o presidente reafirmou que a pauta da Câmara

deve priorizar os projetos de segurança, entre eles, o que cria o Sistema Integrado de Segurança Pública; o que endurece a legislação de combate ao tráfico de armas e drogas e o projeto que altera lei de execuções penais.

Maia acredita que a discussão em torno desses temas devem começar ainda na próxima semana. Mais cedo, ele se encontrou com o Comandante do Exército, general Villas Boas. O objetivo da visita foi estabelecer um diálogo de cooperação sobre a situação da segurança do Rio de Janeiro. Maia disse que, junto com o comandante, o observatório de acompanhamento criado pela Câmara deve acompanhar os indicadores da segurança e levantar soluções para as causas da violência no Rio.

“A gente tem um trabalho de curto prazo, que é organizar a segurança pública, mas tem um trabalho de médio e longo prazo, que não é a intervenção por si só que vai resolver, que é um trabalho em conjunto dos prefeitos [das cidades] do Rio, do Poder Executivo local e do Legislativo”, disse (ABR).

Frente Parlamentar quer votar revogação do Estatuto do Desarmamento

O coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Segurança Pública, deputado Alberto Fraga (DEM-DF), quer que o projeto que revoga o Estatuto do Desarmamento seja colocado em pauta no Plenário durante o esforço de votação em torno do tema segurança pública. A proposta foi aprovada em comissão especial em 2015.

O projeto, também chamado de Estatuto de Controle de Armas de Fogo, pretende facilitar a posse de armas em casa pelos cidadãos, retirando a exigência de que seja comprovada a necessidade da arma. Segundo Fraga, essa avaliação é muito subjetiva. “Ficou uma coisa muito subjetiva e é o delegado que decide. Ou seja, se ele gostar de você, ele concede. Se ele não gostar... A flexibilização que a gente está querendo fazer no estatuto é retirar esse ponto que infelizmente fica ao poder discricionário do delegado”, observou o deputado. Pelo texto, seriam mantidas as exigências de não ter antecedentes criminais, comprovar curso de tiro e fazer exame psicotécnico.

O deputado Paulo Teixeira (PT-SP), voto vencido na comissão especial sobre o assunto, disse que aumentar as armas em circulação é aumentar as mortes. “Hoje está comprovado que quanto mais armas ficarem na disponibilidade das pessoas, mais assassinatos serão cometidos”. Entre outras mudanças, o texto também reduz de 25 para 21 anos a idade mínima para a compra de armas no país (Ag. Câmara).

Educação ao longo da vida abrange novas formas de saber

O deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) destacou a expectativa para a sanção presidencial do projeto que garante o direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. “É um avanço porque, a partir da sanção, a população vulnerável, as pessoas com deficiência física que não puderam estudar de forma regular, poderão ter novos projetos de vida”, afirma o deputado.

O projeto determina que o direito à educação e aprendizagem seja um dos princípios norteadores do ensino brasileiro. Também estabelece que o sistema educacional, na modalidade educação de jovens e adultos (EJA), seja um instrumento para a educação ao longo da vida para aqueles que não tiveram acesso ao estudo no tempo certo. E determina como dever do Estado a garantia de que a educação especial na primeira infância (zero a seis anos) se estenda ao longo da vida para as pessoas com deficiência, em todos os níveis e modalidades de ensino.

“A principal mudança está no conceito de educação, mostrando que ela pode ser



Deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG).

articulada com outras áreas do conhecimento”, explica o parlamentar. Assim, será possível buscar uma formação além do aspecto escolar e acadêmico. “Pode ser uma atividade na hora do trabalho, na área cultural ou no lazer, investindo em projetos de início, meio e fim, e os alunos poderão ser certificados por esse saber”, disse Barbosa, segundo o qual isso já acontece em vários países, mas no Brasil ninguém havia tido esse olhar. Com a educação ao longo da vida, é possível buscar projetos pessoais que melhorem a qualidade de vida.

Dados do censo populacional

de 2010 apontam que mais de 60% da população com 15 anos ou mais com alguma deficiência não têm instrução ou não concluíram o ensino fundamental. O projeto também prevê que o atendimento ao estudante com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação deverá ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino, mas não exclui o atendimento especializado se, em função de condições específicas do aluno, não for possível sua integração em uma classe comum (psdbnacamar).

Senado terá participação ativa no Fórum Mundial da Água

O Senado terá participação ativa no 8º Fórum Mundial da Água, a ser realizado em Brasília de 18 a 23 de março. Ontem (22), foi realizada uma sessão temática de debates sobre o tema e instalada uma subcomissão temporária para acompanhar o evento internacional. O colegiado vai funcionar no âmbito da Comissão de Relações Exteriores.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, lembrou que, desde 1997, os maiores especialistas em recursos hídricos se reúnem para elaborar propostas e compromissos sobre a gestão da água. E, pela primeira vez, o encontro será realizado na América do Sul, graças ao esforço conjunto dos setores público e privado, da academia e de um grupo de parlamentares.

“A gestão hídrica é dos temas multidisciplinares que necessitam de contribuição vinda das mais variadas fontes: cientistas, políticos, líderes comunitários e agricultores, para que possamos nos preparar para eventuais crises, como as que enfrentamos há décadas no Brasil. E não apenas na região mais árida do Nordeste”, afirmou Eunício. O presidente da Comissão Fernando Collor (PTC-AL), destacou que o Fórum vai receber mais de 40 mil pessoas de 100 diferentes países para mais de 200 sessões de debates, dando a importância que o tema água — “o petróleo do século 21” — merece.

O governador do DF, Rodrigo Rollemberg (PSB), lembrou o longo caminho percorrido por Brasília até conquistar o direito de abrigar o Fórum, vencendo a concorrência com Copenhague, na Dinamarca. Ele aproveitou para destacar atividades importantes agendadas para a capital federal, entre elas, três grandes encontros: um de parlamentares de todo o mundo; um de juristas, para debate sobre o direito de todos sobre a água; e um de governadores que convivem com diferentes realidades em relação aos recursos hídricos (Ag. Senado).

Globalização e internet ‘exigem’ legislação comercial moderna

O Brasil precisa de uma legislação comercial moderna que contemple novos contratos e instrumentos de transação que o Código Civil em vigor sequer regulou. O avanço da digitalização no mundo também exige o cultivo de uma nova mentalidade cultural, e até mesmo a redefinição do termo “documento”, na qual o que importa é o conteúdo, que passou a circular eletronicamente, e não a versão impressa, que a cada dia torna-se obsoleta.

A avaliação foi feita ontem (21) pelo ministro do STJ, João Otávio de Noronha, em audiência pública na Comissão Temporária para Reforma do Código Comercial, que data de 1850. Noronha presidiu a comissão de juristas que apresentou um anteprojeto de reforma da norma, o qual tramita na forma do projeto do Senado, de autoria do senador Renan Calheiros. “Um país só vai bem quando os negócios de suas empresas vão bem. Nenhum país pode ir bem se a economia privada está ruim”, afirmou o ministro.

Noronha afirmou ainda que uma legislação comercial esparsa resolve algumas questões, mas a um custo elevado e excessiva morosidade, que põe em xeque a segurança jurídica dos negócios e impede a criação de um ambiente propício à atividade industrial. O ministro disse ainda que mesmo o Código Civil brasileiro unificado é incapaz de resolver as altas questões jurídicas no plano comercial.

“O projeto inicial do nosso Código Civil é de 1975. As teorias que inspiraram o legislador de então, portanto, datam da década de 1950. A unificação do Código Civil, que inspirou o legislador brasileiro, ocorreu no ambiente de guerra na Itália e na ditadura de Mussolini. No pós-guerra o país passou a evoluir com rapidez. Daí a necessidade de atualizarmos a legislação comercial”, afirmou (Ag. Senado).

Relógio de luxo pode complicar Benjamin Netanyahu

Um ex-assessor do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, disse à polícia que foi “demitido” de seu cargo por causa de um episódio envolvendo um relógio de luxo presenteado pelo ex-premier da Itália, Silvio Berlusconi. De acordo com a imprensa local, o caso teria ocorrido “vários anos atrás”, durante uma visita oficial do israelense a Roma. Na ocasião, Berlusconi deu à família Netanyahu um relógio da grife Bulgari avaliado em cerca de 1,5 mil euros.

Shlomo Filber, então chefe de gabinete do primeiro-ministro, contou à polícia que dissera que o presente devia ser registrado no arquivo de Estado, como manda a lei. “Naquela mesma noite, fui convocado no quarto dos Netanyahu, onde Sarah, a esposa, gritou, pedindo-me para devolver o relógio”, disse o ex-assessor. Também relatou que o premier permanecera em silêncio. “Duas semanas depois, fui chamado por Netanyahu, que me demitiu.



Primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu.

Afirmou que queria alguém mais profissional do que eu”, acrescentou Filber, que disse ter se tornado “persona non grata” na família. “É isso o que significa trabalhar para os Netanyahu”, afirmou. Ainda assim, ele permaneceu próximo ao primeiro-ministro, que mais tarde o nomearia diretor-geral do Ministério das Comunicações. Em resposta à acusação, Netanyahu divulgou no Twitter o trecho de uma reportagem da época que diz que ele mesmo,

voluntariamente, havia recusado o relógio, afirmando que não poderia aceitá-lo.

Berlusconi teria então respondido: “Esse é o problema de vocês em Israel”. A acusação chega em meio a uma série de denúncias de corrupção contra o premier israelense, que teria recebido presentes e reportagens favoráveis em troca de benefícios no governo. Uma das peças-chave do caso é o próprio Filber, detido na última terça-feira (20) - (ANSA).

Empresas & Negócios
netjen@netjen.com.br

Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para

TEL: 3106-4171 FAX: 3107-2570

www.netjen.com.br